



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS VII GOVERNADOR ANTONIO MARIZ  
CENTRO CIÊNCIAS EXATAS E SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ALISSON JOSEFRAN FERNANDES ALMEIDA**

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL:  
Economia de Comunhão Como Forma de Empoderar as Comunidades**

**PATOS  
2017**

**ALISSON JOSEFRAN FERNANDES ALMEIDA**

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL:  
Economia de Comunhão como Forma de Empoderar as Comunidades**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Administração.  
Área de concentração: Administração.

Orientador: Prof. Dra. Síbele Thaíse G. Duarte.

**PATOS  
2017**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

A447e Almeida, Alisson Josefran Fernandes  
Empreendedorismo social [manuscrito] : economia de  
comunhão como forma de empoderar as comunidades / Alisson  
Josefran Fernandes Almeida. - 2017.  
31 p. : il. color.

Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de  
Ciências Exatas e Sociais Aplicadas, 2017.  
"Orientação: Profa. Dra. Sibebe Thaíse Viana G. Duarte,  
CCEA".

1. Empreendedorismo Social. 2. Economia de Comunhão.  
3. Empoderamento. 4. Cooperação em Administração. I. Título.  
21. ed. CDD 650.1

**ALISSON JOSEFRAN FERNANDES ALMEIDA**

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL:**

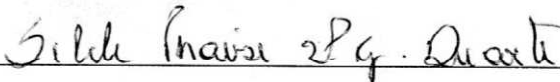
**Economia de Comunhão Como Forma de Empoderar as Comunidades**

Artigo, apresentado ao Programa de Graduação em Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduado em Administração.

Área de concentração:  
Empreendedorismo .

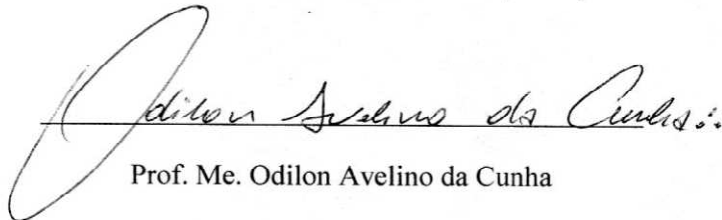
Aprovada em: 07/08/2017.

**BANCA EXAMINADORA**



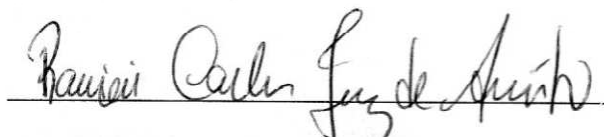
Prof. Dr. Síbele Thaise Viana G. Duarte (Orientador)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Odilon Avelino da Cunha

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Ranieri Carlos Luz de Araújo

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Dedico em primeiro lugar Àquele que foi, é e sempre será o Caminho, a Verdade e a Vida. Meu Baluarte, meu Escudo e minha Fortaleza. À minha esposa, sempre capaz de acreditar em mim, expressando confiança e lealdade àquilo que sou. Aos meus pais e à minha família, que verdadeiramente ansiaram meu êxito. E por fim, minha dedicação e gratidão plena e eterna a ela, minha filha Alice, que é o principal motivo pelo qual vivo, sonho e luto pra ser cada dia melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, pela confiança e apoio depositados.

À Prof. Dr. Síbele Tháise Viana G. Duarte, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação, humildade e boa vontade em apontar os caminhos corretos para concretização desse projeto.

Aos professores do Curso de Administração da UEPB, que contribuíram ao longo dessa trajetória, possibilitando com esta formação.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“O empreendedor é uma pessoa criativa com capacidade de estabelecer e atingir objetivos, consciente sobre o ambiente em que vive para identificar oportunidades de negócios. O empreendedor imagina, desenvolve e realiza visões.” Filion (1999).

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	100
<b>2. METODOLOGIA</b> .....	121
<b>3. EMPREENDEDORISMO SOCIAL</b> .....	12
3.1 Características dos empreendedores sociais .....	17
3.2. Economia Solidária .....	14
3.3 A cultura do Doar como princípio da gestão .....	19
3.3.1 Os Pólos Empresariais .....	21
3.3.2 Economia de Comunhão.....	23
<b>4. CONCLUSÃO</b> .....	27
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	29

## **EMPREENDEDORISMO SOCIAL: Economia de Comunhão como forma de empoderar as comunidades**

Alisson Josefran Fernandes Almeida\*  
Sibele Thaíse Viana G. Duarte

### **RESUMO**

O desenvolvimento econômico, apoiado no desenvolvimento tecnológico proporcionou disponibilidade de bens e serviços acarretando transformações inimagináveis para a humanidade em assimetrias distintas: se por um lado assistiu-se a um avanço no desenvolvimento econômico, também por outro a miséria avançou desproporcionalmente. Nesse contexto o presente estudo objetiva analisar o empreendedorismo social como forma de empoderar as comunidades. Para tanto, delimitou-se a análise ao empreendedorismo social implementado por meio da Economia de Comunhão. Como metodologia, empregou-se a pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos e dissertações que versam sobre o tema em análise. Foi visto que o empreendedorismo social voltado para a Economia da Comunhão apresenta fundamentos, características e estruturas diferentes das demais formas de empreendedorismo. Se por um lado o empreendedorismo de negócios busca fomentar a economia gerando renda, empregos e o sucesso pessoal do empreendedor, o empreendedorismo social busca solucionar problemas sociais não de forma assistencialista, mas empoderando as pessoas e comunidades carentes a fim de que tenham seus destinos transformados e uma vida digna. Ao final do estudo conclui-se que o empreendedorismo social não se apresenta como uma alternativa aos desmandes do capitalismo, mas como uma forma de mitigar seus efeitos danosos para uma parcela da população. Empreendedores sociais contribuem para mudar o mundo e encontram na Economia da Comunhão instrumentos para auxiliar nesta mudança.

Palavras-chave: Empreendedorismo social. Economia de Comunhão. Empoderamento. Cooperação.

### **ABSTRACT**

Economic development, supported by technological development, provided the availability of goods and services, bringing unimaginable transformations to humanity in different asymmetries: if on the one hand there was an advance in economic development, on the other hand misery advanced disproportionately. In this context, the present study aims to analyze social entrepreneurship as a way of empowering communities. For this, the analysis was delimited the social entrepreneurship implemented through the Economy of Communion. As a methodology, the bibliographical research was carried out in books, articles and dissertations that deal with the subject under analysis. It has been seen that social entrepreneurship focused on the Economy of Communion presents different foundations, characteristics and structures of other forms of entrepreneurship. If on the one hand business entrepreneurship seeks to foster the economy by generating income, jobs and the personal

---

\* Aluno de Graduação em Administração na Universidade Estadual da Paraíba – Campus VII.  
Email: jalmeidacfsd2015@gmail.com.br

success of the entrepreneur, social entrepreneurship seeks to solve social problems not in a welfare way, but empowering the poor people and communities so that they have their destinies transformed And a dignified life. At the end of the study it is concluded that social entrepreneurship does not present itself as an alternative to the stripping of capitalism, but as a way to mitigate its harmful effects for a portion of the population. Social entrepreneurs contribute to change the world and find in the Economy of Communion instruments to assist in this change.

Keywords: Social entrepreneurship. Economy of Communion. Empowerment. Cooperation

## 1. INTRODUÇÃO

Em tempos de globalização, numa época em que o mercado com suas regras conquista o mundo, provocando novos e controvertidos processos não só econômicos, mas também culturais, observa-se uma mudança radical de estilos de vida, de comportamentos, de atitudes intelectuais, baseada no individualismo que interfere nos mais variados âmbitos culturais e religiosos do planeta, provocando reviravoltas éticas e econômicas em todo o mundo(LUBICH, 2004).

Nesse contexto, surge a Economia da Comunhão que tem como objetivo contribuir para a criação de empresas fraternas com o propósito de minimizar a injustiça social e a miséria, contribuindo assim para um sistema econômico e uma sociedade humana de comunhão, e apresentando uma visão capaz de promover a formação do agir econômico com a participação total de pessoas e sociedade, por meio de ações e comportamentos voltados para a fraternidade (MENEGASSI; ARAÚJO, 2013).

Assim, a questão que norteou este estudo foi: como a implementação de uma Economia de Comunhão na gestão de negócios pode contribuir para a cooperação e empoderamento de comunidades carentes?

O presente estudo objetiva analisar o empreendedorismo social como forma de empoderar as comunidades. Para tanto, delimita-se a análise ao empreendedorismo social implementado por meio da Economia de Comunhão.

Tem-se como objetivos específicos: diferenciar empreendedorismo social de empreendedorismo de negócios; apresentar as características dos empreendedores sociais; discutir a economia solidária como forma de combater a exclusão social; e analisar a cultura do Doar como princípio de gestão.

O estudo se justifica pois apesar de serem numerosos os estudos que versam sobre o empreendedorismo social, são poucos os estudos que versem sobre a Economia da

Comunhão. Assim, é importante demonstrar que o empreendedorismo social em um aspecto macro e especificamente, a Economia da Comunhão, tem grande participação no desenvolvimento econômico de comunidades, devido ao seu poder de estimular a cooperação e o empoderamento. Essa realidade estimula muitos estudiosos a pesquisarem sobre o referido tema, pois reconhecem sua importância para a prosperidade de comunidades carentes. Assim, nos últimos anos viu-se um crescente interesse da comunidade acadêmica e empresarial acerca desta temática.

## **2. METODOLOGIA**

Para a realização desta pesquisa, optou-se pela pesquisa bibliográfica em obras pertinentes à temática ora abordada.

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir de materiais já publicados em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. De acordo com Cervo, Bervian e da Silva (2007, p.61), a pesquisa bibliográfica “constitui o procedimento básico para os estudos monográficos, pelos quais se busca o domínio do estado da arte sobre determinado tema”. É o alicerce que sustenta toda pesquisa científica. Para que seja possível avançar em um determinado campo do conhecimento é necessário primeiro conhecer aquilo que já foi investigado por outros pesquisadores e quais são as carências do conhecimento acerca daquele assunto. Assim, a revisão bibliográfica é indispensável para que seja delimitado um problema de pesquisa e para que o pesquisador forme uma ideia mais precisa a respeito do estado atual acerca dos conhecimentos de um determinado tema e suas lacunas.

Segundo Medeiros e Tomasi (2008, p.46), “além de auxiliar na definição dos objetivos da pesquisa científica, a revisão bibliográfica também contribui nas construções teóricas, nas comparações e na validação de resultados de trabalhos de conclusão de curso e de artigos científicos”.

Nesse sentido, após serem eleitas as obras que foram utilizadas para o desenvolvimento do estudo, procurou-se localizar nestas as informações úteis por meio de leitura crítica/analítica levando em conta a inteligência do texto e a apreensão de seu teor que será, posteriormente, submetida à interpretação.

### **3. EMPREENDEDORISMO SOCIAL**

Desde o final do século XX que o termo empreendedorismo vem ganhando cada vez mais espaço em discussões e pesquisas nos mais diversos campos, como economia, sociologia e administração de empresas, tornando-se um tema amplo e multidisciplinar (CARRÃO;JOHNSON; MONTEBELO, 2007).

Segundo Cunha et al. (2009), o empreendedorismo é um conceito chave que liga diferentes disciplinas acadêmicas; é um tema central de diferentes ciências sociais, podendo ser considerado como o alicerce fundamental de uma ciência social integrada. Por isso, a ação empreendedora “não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas como um fenômeno complexo e sistêmico” (CUNHA et al., 2009, p,124). Nesse contexto, é importante compreender as raízes do empreendedorismo.

#### **3.1 Empreendedorismo de Negócios e Empreendedorismo social: conceitos e evolução histórica**

A origem da prática empreendedora está intimamente conectada ao surgimento da arte da negociação. Conforme a humanidade ia evoluindo surgiam as inovações e as novas necessidades, criadas a partir de ideias consideradas, para a época, impossíveis de serem realizadas.

A definição de empreendedorismo e empreendedor é abordada por estudiosos de diferentes áreas de conhecimento, motivo que explica a inexistência de consenso entre os diversos significados que os termos assumem. Na intenção de definir os termos, esses pesquisadores formulam pensamentos visando abranger o tema em sua essência.

Na visão de Dolabela (1999), o termo empreendedorismo é empregado para definir as atividades daqueles que geram e distribuem riquezas e benefícios para a sociedade, por meio da transformação de conhecimentos em novos produtos ou serviços, na geração do próprio conhecimento ou na inovação em áreas como marketing, produção, organização, etc. De acordo com o autor, “Empreendedorismo é um neologismo derivado da livre tradução da palavra *entrepreneurship* utilizado para designar os estudos relativos ao empreendedor, seu perfil, suas origens, seu sistema de atividades, seu universo de atuação” (DOLABELA, 1999, p. 59).



Segundo Filion (1999), o empreendedor é uma pessoa criativa com capacidade de estabelecer e atingir objetivos, consciente sobre o ambiente em que vive para identificar oportunidades de negócios. O empreendedor imagina, desenvolve e realiza visões.

Hisrich e Peters (2004) afirmam que o empreendedorismo é o processo de criação de algo novo e com valor despendendo o tempo e a dedicação necessários, suportando os riscos financeiros, psíquicos e sociais associados e recebendo, conseqüentemente, as recompensas de satisfação e independência financeira e pessoal. Cada uma das definições citadas aborda o tema sob uma perspectiva distinta, porém todas englobam os principais elementos presentes na literatura referente ao tema. Envolvem criatividade, estabelecimento de objetivos, capacidade de identificar oportunidades, conhecimento de mercado, assumir riscos e capacidade de inovar.

Deve-se, contudo, atentar para uma visão clássica do empreendedorismo, como a construída pelo economista Joseph Schumpeter, que defende que o empreendedorismo significa promover inovações capazes de transformar radicalmente setores, atividades ou territórios onde se atua, criando novos ciclos de crescimento para produtos ou serviços, capazes de promover uma ruptura no fluxo econômico existente e de provocar mudanças nos canais de rotina econômica e, por fim, propiciar desenvolvimento econômico (MARTES,2010).

Deste modo, o empreendedor, nessa abordagem schumpeteriana, mostra-se um indivíduo que não tem apenas capacidade de administrar e investir, mas também de renovar recursos e inovar com pioneirismo (SILVA; BASSANI, 2007).

No que tange aos empreendedores tradicional e social, apesar de ambos operarem fluxos de caixa e possuírem fontes de receitas, o segundo não tem como objetivo potencializar o retorno financeiro dos acionistas. Ao contrário, sua contribuição para a sociedade é valorizada por contribuir para a construção de um mundo melhor (MENEGASSI; ARAÚJO, 2013).

O empreendedor busca a autorrealização, busca o desenvolvimento local, o que leva, conseqüentemente, o desenvolvimento ao seu entorno. No entanto, é importante distinguir o empreendedor social de um filantropo. No caso do empreendedor social, o empreendedor objetiva incentivar as relações de respeito e confiança, ou capital social, e faz uso de sua liderança para colocar em prática um projeto social. Já o filantropo é aquele investe nas ideias do empreendedor social (TRIVEDI, 2010).

Na realidade, o empreendedor social defende uma ética mais apurada, uma ética que vai além do apenas ter lucros. Ele motiva uma determinada equipe em prol de uma causa

comum. Assim, todos buscam pela mesma visão social e trazem ideias criativas para o projeto, tornando possível a inovação social (TRIVEDI, 2010).

Teymorpor, Nazari e Emami (2012) acrescentam que o empreendedorismo social envolve uma iniciativa inovadora imbuída de valor social.

O empreendedorismo social só consegue avançar disseminando o seu papel quando existe articulação entre grupos produtivos, investimento em educação e estímulo à participação da população, elementos cuja conjunção permite que se consiga alterar a realidade dos cidadãos em situação de exclusão e risco. Dessa forma, são empregadas técnicas de gestão, de manejo sustentável de recursos minerais, inovações produtivas e criatividade para desenvolver e oferecer produtos e serviços que propiciem condições de vida melhores para as pessoas envolvidas, frente à ação dos empreendedores sociais internos e externos à comunidade (ASHOKA; MCKINSEY, 2006).

Aquele que descobre falhas no setor privado ou público é chamado de empreendedor social, que busca obter recursos financeiros e firmar parcerias visando colocar em prática ações efetivas de transformação social para a comunidade. Esses empreendedores sociais apresentam diversas características individuais, podendo ser indivíduos físicos ou jurídicos, e ainda atuar no setor privado.

Associa-se o termo empreendimento às pessoas que incentivaram o crescimento da economia por buscarem melhores e diferentes formas de realizar suas ações. Esse termo descreve um comportamento, uma postura e um conjunto de características desses empreendedores, que enxergam possibilidades nos mais inusitados lugares, provocando transformações na sociedade, independentemente dos recursos disponíveis (DOLABELA, 2008).

### **3.2. Economia Solidária**

De acordo com Bertucci (2005) a Economia Solidária tem tido diferentes vertentes nos últimos anos, e é considerada uma inspiração do pensamento dos socialistas utópicos.

Fundamentado em pensamentos cooperativistas durante os séculos XVIII e XIX, Owen, Fourier, Saint-Simon, Proudhon e Blanc criticavam os modelos de gestão existentes por meio de um movimento social baseado no socialismo utópico. Eles questionavam as desigualdades sociais que o capitalismo impõe à sociedade e suas consequências, ou seja, se preocupavam em descrever os princípios de uma sociedade ideal, mas sem apontar os meios para alcançá-los (BERTUCCI, 2005).

O cenário do nascimento do socialismo utópico aconteceu na primeira metade do século XIX, na França. Em meio a inúmeras crises do sistema liberal e a exploração do proletariado, onde a única liberdade era do capitalista e do mercado, palco de uma situação viés ao rótulo da Revolução Francesa. “No início deste novo século, a Europa assistira, já então, ao relativo fracasso da Revolução Francesa em concretizar seus três grandes lemas: “Igualdade, Liberdade, Fraternidade” (BARROS, 2011, p. 240).

Extensas jornadas de trabalho, trabalho infantil e uma enorme desigualdade social que prosperavam com a ascensão do capitalismo acabaram por contribuir com o surgimento de um movimento promovido por intelectuais que reivindicavam por uma transformação da sociedade. “Neste sentido a separação entre o operário e os meios de produção e a existência de um proprietário destes meios fundam a relação autoritária entre capital e o trabalho” (LOCKS FILHO, 2012. p. 23).

Pensadores como Saint-Simon (1760-1825), Robert Owen (1773-1858), Proudhon (1809-1865) e Blanc (1811-1882) foram os primeiros idealizadores de uma transformação da sociedade com a perspectiva de mudanças, melhorando assim as desigualdades sem haver conflito entre a burguesia e proletários. Todavia, percebe-se a influência do liberalismo nesta ótica dos pensadores socialistas que tematizaram os problemas causados pela desigualdade social e miséria, consequência do capitalismo (BUBER, 1971).

Robert Owen foi um industrial inglês que nasceu no País de Gales, e é considerado um dos mais importantes socialistas utópicos pela criação de inúmeras cooperativas inspiradas em melhores condições de trabalho, higiene e moradia. Owen se preocupava com condições voltadas para a educação, saúde e assistência social dos operários de suas fábricas (WALTER, 2011).

Dentre todos os socialistas utópicos Robert Owen foi o pensador mais dedicado e original. Como ponto principal de sua teoria, questionou o lucro e foi considerado o percussor do movimento cooperativista, que almejava melhores condições de trabalho no início do século XIX.

Owen [...] alcança a compreensão dos requisitos elementares da comunidade autêntica, entre os quais não figura, necessariamente nem de maneira exclusiva, a propriedade comum, e sim uma forma de união e de associação de bens e, tampouco, necessariamente uma igualdade de consumo, e sim uma igualdade de direitos e facilidades (BUBER, 1971, p. 33).

Em 1824, Robert Owen funda a *New Harmony*, uma cooperativa dividida em vários departamentos onde pretende por em prática suas teorias por meio de visitas e palestras. Após

dois anos, Owen chega à conclusão que o lucro é o grande causador da grande maioria dos problemas sociais, pois a moeda concretiza esse lucro, e por sua vez, deve ser eliminado da sociedade, pois é o maior responsável pelas péssimas condições de trabalho existente na época (MELO, 2007).

Ao fundar sua fábrica têxtil com cerca de 500 trabalhadores, Owen não os explorava de acordo com as práticas do auge capitalista vivido na época, porém, percebeu um novo poder gerado pela produção da empresa e fruto da classe operária existente, o que não os diferenciados escravos (BERTUCCI, 2005). O socialista cria então o chamado Bônus de Trabalho (“*labour notes*”) que substitui a moeda. Considerando um bônus equivalente a uma hora de trabalho, e cada produto corresponde ao número de bônus/hora de trabalho para a produção, Owen idealizou o fim do lucro que ficaria com o patrão e assim o resultado do trabalho seria exclusivamente do trabalhador.

Como industrial, Owen promoveu diversas melhorias das condições de trabalho, dentre elas: a redução da jornada de trabalho para 10 horas, eliminação das punições físicas, escola para a comunidade, redução do trabalho infantil e criação de um mercado local com preços justos (WALTER, 2011).

Considerada uma forma de organização social relacionada à produção, a distribuição de riquezas e aos consumos embasados em princípios de cooperativismo, autogestão e associativismo, a Economia Solidária transforma a relação capital e trabalho em um novo meio de democratização econômica (SILVA, 2010).

Surge assim uma nova dinâmica econômica criada pela solidariedade dentro de pequenas atividades econômicas, sendo formais ou informais. Singer (2002) endossa ainda que Economia Solidária é o modo de se produzir levando em consideração a igualdade dentro de empreendimentos caracterizados pela autogestão.

Silva (2010) considera a Economia Solidária como uma forma de organização social voltada para o consumo, distribuição de lucros e produção com ênfase no ser humano, embasada em princípios de associativismo, cooperativismo e autogestão. Nessa perspectiva, a Economia Solidária beneficia o desenvolvimento humano, assim como comunitário, a justiça social, a igualdade, as necessidades humanas, ou seja, ela está embutida dentro de todos os aspectos, sejam eles, econômicos, políticos, sociais ou ambientais.

### 3.3 Características dos empreendedores sociais

As características dos empreendedores sociais são semelhantes às dos empreendedores de negócios, distinguindo-se pelo fato de os primeiros possuírem uma missão social e se guiarem por objetivos que transcendem a mera realização financeira e se voltam para a promoção de impactos na sociedade. São indivíduos que causam verdadeiras transformações sociais, não se contentando em agir somente em nível local. São indivíduos, naturalmente, visionários, que pensam e agem de maneira que inspiram a sociedade, por intermédio de suas ideias, a atingir seus propósitos. A persistência é uma de suas peculiaridades, e visualiza os obstáculos como elementos a serem ultrapassados com determinação. Possuem a incrível habilidade de, a partir de quase nada, promover ações, como criar inovadoras formas de promoção da saúde, bem-estar, habitação etc., que têm a característica de serem tanto de baixo custo quanto realmente eficazes quando comparadas com os serviços tradicionais prestados pelo Governo.

A Ashoka Empreendedores Sociais é uma organização internacional que não possui fins lucrativos e atua com o conceito de empreendedorismo social. Desde 1987 atuando no Brasil e há mais de 25 anos no mundo, a organização identifica e investe em pessoas detentoras de ideias inovadoras e práticas com potencial de gerarem mudanças positivas e de alto impacto para a sociedade. Sua missão é a de contribuir para a criação de um setor cidadão, empreendedor, globalmente integrado e eficiente.

Os empreendedores sociais possuem características distintas das apresentadas pelos empreendedores de negócios (Quadro 1).

Quadro 1 – Diferença entre empreendedores privados e sociais

<b>Empreendedorismo Privado</b>	<b>Empreendedorismo Social</b>
1. Individual	1. Coletivo.
2. Produz bens e serviços para o mercado.	2. Produz bens e serviços para a comunidade.
3. Foco no mercado	3. Foco na busca de soluções para problemas sociais.
4. Sua medida de desempenho é o lucro.	4. Sua medida de desempenho é o impacto social.
5. Visa satisfazer necessidades dos clientes e ampliar as potencialidades do negócio.	5. Visa resgatar pessoas da situação de risco social e promovê-las.

Empreendedores sociais criam valores sociais por meio da inovação, da força de recursos financeiros em prol do desenvolvimento social, econômico e comunitário. Alguns dos fundamentos básicos do empreendedorismo social estão diretamente ligados ao empreendedor social, dentre os quais se destacam a sinceridade, a paixão pelo que se faz, a clareza em sua atuação, a confiança pessoal, a centralização dos valores, a boa vontade de planejar, a capacidade de sonhar e uma habilidade para o imprevisto (ASHOKA; MCKINSEY, 2006).

O empreendedor social tem por objetivo maximizar o capital social por intermédio do estabelecimento de uma relação de respeito e confiança na realização de suas ações, programas e iniciativas, de forma que permita à região ou cidade desenvolverem-se de forma sustentável. Ele produz esses avanços por meio da disseminação de tecnologia produtiva, fazendo com que grupos produtivos sejam melhor articulados e propiciando uma melhor participação da população na política, aumentando o espaço de participação dos indivíduos em situação de exclusão e risco (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

No empreendedorismo social implementado através de projetos sociais, a ética do pragmatismo social contraposta ou justaposta à ética dos negócios pode interferir no nível moral e no desempenho dos negócios. Rouere e Pádua (2001) defendem a ideia de que o empreendedor social é aquele que promove o desenvolvimento sustentável em âmbito social. O quadro 2 resume as diferenças existentes entre projetos sociais e projetos de empreendedorismo social.

Quadro 2– Diferenças entre Projetos Sociais e de Empreendedorismo Social

<b>ELEMENTOS</b>	<b>PROJETOS SOCIAIS</b>	<b>PROJETOS DE EMPREENDEDORISMO SOCIAL</b>
1. Objetivo	Solucionar problemas sociais	“Empoderar a comunidade”
2. Foco	Problemas sociais	Demandas e potenciais (individuais e coletivas)
3. Beneficiários	Agrupamentos sociais e segmentos populacionais em situação de risco social	Comunidades locais e regionais (atores sociais)
4. Dinâmica de funcionamento	Ações que geram produtos para satisfazer demandas insatisfeitas	Ações de fomento ao empreendedorismo comunitário
5. Escopo de atuação	Ações de implementação e gestão	Ações diversas, no entanto, voltadas para objetivos de desenvolvimento possível e necessário.

Fonte: Melo Neto e Fróes (2002, p. 131)

Um projeto de empreendedorismo social é diferente de projetos tradicionais no que tange ao escopo de atuação, já que seu objetivo não é solucionar uma determinada questão social, mas empoderar uma comunidade para que busque soluções para seus problemas sociais. Sua dinâmica está direcionada ao desenvolvimento local, sendo os processos da gestão relegados a um segundo plano. Os projetos de empreendedorismo social demandam por agentes sociais e não gestores como ocorre nos projetos tradicionais. No empreendedorismo social, a comunidade assume o papel de autogestora de seus projetos sociais e não há a interferência de terceiros. A comunidade é a própria beneficiada (MELO NETO; FRÓES, 2002).

Assim o empreendedorismo social existe com o objetivo de “criar, manter, distribuir e/ou disseminar valor social ou ambiental de forma inovadora por meio de operações corporativas, ocorridas em empreendimentos sociais, instituições sem fins lucrativos, instituições públicas ou privadas” (GRANADOS et al., 2011, p. 199).

Nos projetos tradicionais, a demanda é por serviços sociais emergentes de saúde, emprego e educação. Já as prioridades do empreendedorismo social residem no desenvolvimento comunitário, com a participação da própria comunidade, de forma global e sustentada. Existe cooperação e autogestão na comunidade com vistas a seu empoderamento. Assim, conforme Melo Neto e Fróes (2002, p. 129), “o empreendedorismo social não deve ser visto como um conjunto de ações direcionadas para suprir as demandas sociais existentes numa comunidade, uma vez que seu objetivo é outro”.

Dentre as opções existentes para enfrentar a exclusão social cita-se a Economia Solidária que será melhor detalhada no tópico seguinte.

### **3.4 A cultura do Doar como princípio da gestão**

Na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, um grupo de jovens descobre o evangelho, colocando-o em prática ao disseminá-lo nos bairros pobres da cidade, sofridos pelos ataques de bombas. Liderado por Chiara Lubich, o pequeno grupo de jovens tornou-se um movimento, conhecido como Movimento do Focolares, baseado em preceitos cristãos que se difundiram por toda a Europa e depois por todo o mundo (FALLER, 2013).

O Movimento dos Focolares teve origem em Trento na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, e entre o socorro às vítimas da guerra, Chiara e seus colegas colocaram em prática as palavras do evangelho, promovendo uma revolução ao colocar os seus bens em comum com os mais pobres (BRUNI, 2012).

Como o objetivo de viver o amor como mostra o Evangelho, Lubich e seus aliados passaram a ser conhecidos como jovens focolarinos, pois iam ao encontro dos pobres, feridos e doentes levando alimentos e donativos que conseguiam por meio da solidariedade das pessoas. Além de socorrer os necessitados, passaram a comungar seus bens, tornando-se prática até os dias de hoje (LEITE, 2007).

É desta experiência que se tem o início da “alma” do movimento, quando se diz: “dai e vos será dado”, quando em plena guerra, comida, roupas e remédios eram colocados em comum em abundância. Nasce assim a crença de que a vivência do evangelho é a solução para os problemas sociais e individuais. Segundo Fernandes (2007, p.91):

A distribuição desta ajuda é feita utilizando-se exclusivamente das redes (estruturas) do Movimento dos Focolares e, em geral, as pessoas beneficiadas são também membros do Movimento. O Movimento que tem uma ampla rede mundial cadastra através de seus centros locais e regionais (os focolares) as pessoas necessitadas ou que solicitam sua ajuda financeira. Essa ajuda não deve ter caráter filantrópico, mas deve ser uma ajuda temporária capaz de preservar a dignidade das pessoas por um lado, e de promover comportamentos emancipatórios por outro.

Por meio do evangelho, Chiara e suas companheiras descobriram o mandamento novo de Jesus – “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” o que acarretou uma enorme comunhão espiritual e material dos bens, desde o início do Movimento dos Focolares na Itália (MEDRANO, 2007).

Com a proposta de por em prática a divisão dos bens com as pessoas mais carentes, o Movimento do Focolares tinha o apoio de mais de 500 pessoas que partilhavam do mesmo ideal, sendo que após 1956 espalhou-se por toda a Europa. Com a aprovação da Igreja Católica (movimento recebeu aprovação inclusive do Papa João 23 em 1962), o Movimento do Focolares em 1967 já era responsável por mais de mil obras sociais em todo o mundo (LEITE, 2007).

Com o fim da guerra, o Movimento expandiu rapidamente, primeiro no país de origem, Itália, e, posteriormente, por toda a Europa e outros continentes. A partir de 1960 o movimento começou a fazer parte também dos luteranos e atualmente participa de mais de trezentas igrejas, além de outras religiões (LUBICH, 2004). Além disso, diferentes culturas partilham os objetivos do focolares, como a paz, a ética, o amor ao próximo, a unidade e solidariedade.

O movimento é formado por diferentes membros. Alguns são totalmente dedicados e doam todos os meses todo o salário, além de colocarem em testamento todos os seus bens em



favor dos pobres. Já outros integrantes doam o que podem. O movimento focolariano exprime-se também em obras sociais concretas em vilarejos e comunidades carentes (LEITE, 2007).

Com a disseminação do movimento dos focolares por praticamente todo o mundo, surgiram as Mariápolis, cidade testemunho, “que significa Cidade de Maria, com casas, escolas, empresas, cuja lei é o amor recíproco, a lei do evangelho, com uma consequente comunhão plena de todas as suas riquezas: culturais, espirituais, e materiais” (MEDRANO, 2007, p. 88).

No Brasil, os focolares iniciaram suas atividades em Pernambuco, por volta de 1958 com a criação da Mariápolis Santa Maria, na cidade de Igarassú, região metropolitana de Recife. Difundido em todo o país, o Movimento existe em todos os estados brasileiros, atraindo pessoas de todos os níveis sociais, que de acordo com as estatísticas, são mais de duzentos e cinquenta mil beneficiados (LUBICH, 2004).

A comunhão de bens sempre foi uma prática vivenciada entre os membros do movimento dos focolares, desde sua origem em 1943. Todavia, com a expansão do movimento por diversos países, aumentou também o número de pessoas em necessidade e essa comunhão já não era mais suficiente (MENEGASSI; ARAÚJO, 2013).

O Movimento dos Focolares tem como nome oficial Obra de Maria, perante a Igreja Católica. Considerado um movimento de renovação cultural, social e espiritual pratica a comunhão de bens entre seus membros e realiza projetos sociais em todo o mundo, auxiliando no empoderamento das comunidades.

### **3.4.1 Os Pólos Empresariais**

O Brasil possui significativa importância ao projeto, considerado o “berço da Economia da Comunhão” já que o primeiro polo produtivo foi instalado no país, ocupando a segunda posição no que tange à quantidade de empresas instaladas no território nacional, perdendo somente para a Itália.

Os pólos empresariais surgiram a partir da proposta de Economia da Comunhão, uma espécie de projeto piloto que aloca empresas que aderem a Economia da Comunhão. Com o objetivo de expandir seus preceitos e filosofias, os pólos produtivos não pretendiam construir uma sociedade paralela, mas reunir empresas que tinham as mesmas características e propósitos (MEDRANO, 2007).

Sua localização é nas imediações das Mariápolis, local de concentração dos focolarinos, o que facilitaria a distribuição dos lucros e iniciaria novas experiências

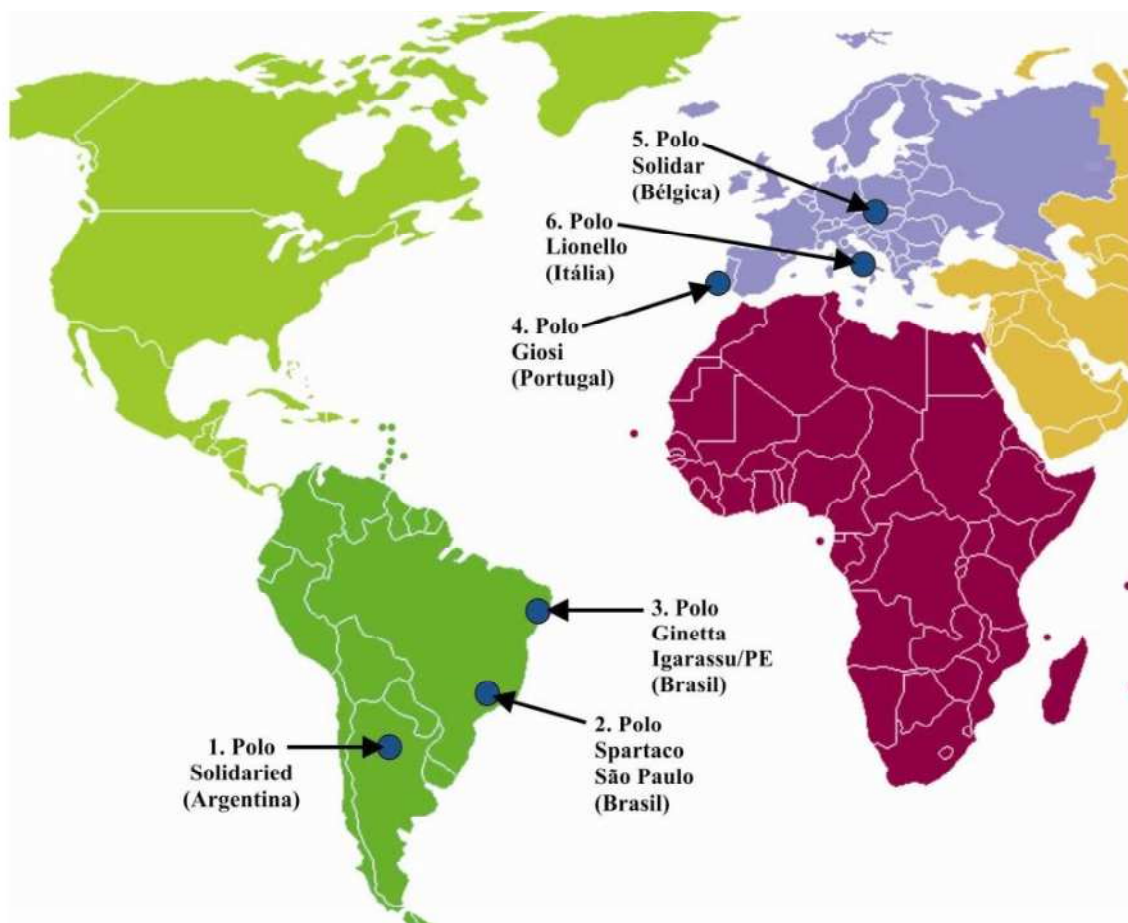
empresariais. Ainda segundo Medrano (2007), os pólos empresariais são o principal laboratório vivo de um conjunto de organizações voltadas para comunhão. São de fato as colunas que sustentam a Economia da Comunhão.

A estrutura dos pólos é composta de galpões, que alocam as empresas e possui uma sede administrativa que organiza e administra todas as ações desenvolvidas pela Economia da Comunhão.

Para Mota (2004) os pólos empresariais também chamados de distritos industriais possuem visibilidade e servem de exemplo para uma economia de forma inovadora, uma vez que estão contidos no âmbito de uma “cidade-piloto” do Movimento dos Focolares.

Atualmente existem dois pólos empresariais de Economia da Comunhão no Brasil, um na cidade de Cotia, estado de São Paulo e outro pólo em Igarassú, Pernambuco além de pólos empresariais em países como Argentina, Portugal, Bélgica e Itália, como mostra o mapa da figura 1.

Figura 1 – Localização dos Pólos empresariais no mundo



Fonte: Menegassi e Araújo (2013)

Os pólos empresariais constituem parte da estrutura da Economia da Comunhão e são considerados pontos de referência ideal e operativo também para outras empresas do projeto. Atualmente há 6 pólos constituídos: Pólo Spartaco (Cotia/São Paulo/Brasil); Pólo Lionello (Loppiano/Florença/Itália); Pólo Solidariet (O'Higgins/Buenos Aires/Argentina); Pólo Ginetta (Igarassú/Pernambuco/Brasil); Pólo Giosi (Portugal) e Pólo Bélgica (Bélgica). Estão em fase de construção os pólos empresariais: Pólo Francois Neveux (Benevides/Pará/Brasil) e o Pólo Filipinas (Filipinas) (MENEGASSI; ARAÚJO, 2013).

No Brasil, 169 empresas aderiram à Economia de Comunhão, dentre elas:

a) Femaq, Fundação, Engenharia e Máquinas S.A., localizada em Piracicaba e que atua na fabricação de peças de grande em materiais como ferro cinzento e nodular, aço, inox e alumínio. A Femaq adere à EdC tornando possível que os funcionários participem dos lucros da empresa;

b) Delicatessen Campo FertileProdiel (produtos farmacêuticos), localizada em Igarassu. Esta empresa divide o lucro em três partes: uma parte é destinada ao desenvolvimento da empresa; a segunda vai para as pessoas em dificuldades financeiras; e a terceiraparte é utilizada para difundir a “Cultura do Dar”.

c) Prodiel Farmacêutica Ltda., situada em Curitiba e atua comercializando e distribuindo produtos hospitalares e destinados à nutrição de adultos e atletas no Paraná e Rio Grande do Sul. Esta empresa paga salários acima do mercado para seus funcionários, além de conceder-lhes outros benefícios como: alimentação gratuita, plano de saúde integral e distribuição gratuita de medicamentos. Também implementa projetos de educação ambiental e distribui parte dos lucros aos mais necessitados.

### **3.4.2 Economia de Comunhão**

Com pouco mais de 23 anos de existência, o termo Economia de Comunhão nasceu em maio de 1991 no município de São Paulo durante a visita de Chiara Lubich. Ao constatar a enorme disparidadesocial existente no Brasil e impulsionada pela desigualdade social existente, Lubich fundou o projeto de Economia de Comunhão voltado para a versão empresarial e econômica, onde organizações dirigidas por pessoas éticas, honestas e competentes deveriam compartilhar com os pobres parte dos lucros alcançados (LEITE, 2007).

Com a vinda de Chiara Lubich ao Brasil para visitar a Mariópolis Ginetta na cidade de Vargem Grande, estado de São Paulo, a focolarina constatou uma enorme quantidade de

favelas ao lado de prédios luxuosos e teve a ideia de comungar os bens, prática existente já no Movimento dos Focolares, mas de uma forma diferente que pudesse atender a todos os seus membros (FALLER, 2013).

Lubich propôs que empresas fossem criadas na Mariápolis Ginetta e assim pudessem compartilhar seus lucros, envolvendo empresários, trabalhadores, gestores, consumidores, ou seja, todos empenhados em vários níveis a promover uma atividade e uma cultura econômica voltada para a comunhão, a gratuidade e a reciprocidade, propondo e vivendo um estilo de vida alternativo, aquele dominante no sistema capitalista (FALLER, 2013).

A partir daí nasce a Economia de Comunhão, onde empresas são criadas e administradas por pessoas éticas e honestas que tem como propósito a comunhão dos lucros. Com os mesmos objetivos do Movimento dos Focolares, a Economia de Comunhão nasce com o propósito de também promover melhoria de vida e possibilidade de emprego a pessoas carentes (LUBICH, 2004).

Segundo Luigino Bruni, coordenador mundial do projeto de Economia da Comunhão e professor de economia, a Economia da Comunhão até o ano de 2004 totalizava mais de 800 empresas em seis pólos industriais em todo o mundo, sendo que destes aproximadamente 180 empresas e três pólos estão localizados no Brasil. Com a sua expansão, empresários e acionistas aderiram ao movimento e a filosofia de compartilhar o lucro, nascendo assim no Brasil a Economia da Comunhão (LUBICH, 2004).

Lubich (2004, p. 24), ainda completa afirmando que:

Esse projeto, autêntica expressão da Espiritualidade da Unidade na vida econômica, pode ser compreendido na sua íntegra e na sua complexidade somente quando inserido no contexto da visão que essa espiritualidade tem do homem e das relações sociais.

Além dos pólos empresariais existentes, existem diversas empresas que aderem a Economia da Comunhão nos mais diversos países existentes. Estas mesmo não estando localizadas nos chamados pólos empresariais, vivenciam a Economia da Comunhão e são denominadas empresas coligadas, uma vez que a sua estrutura física não se encontra inserida nos pólos.

A Economia da Comunhão é uma proposta baseada tanto na divisão de lucros como na gestão ética e no desenvolvimento do ser humano. “Os lucros, nas empresas de Economia da Comunhão são divididos em três partes: uma parte para os pobres, uma para reinvestimento na própria empresa e a terceira parte para formação de “homens novos”, ou seja, para

fomentar iniciativas que difundam a cultura da partilha” (MENEGASSI; ARAÚJO, 2013, p. 45). Os “homens novos” são capazes de por em prática a cultura da partilha e transformar a sociedade em seus relacionamentos, na solidariedade e na própria partilha.

O projeto de Economia da Comunhão é capaz de comprovar seus benefícios econômicos e sociais, além de demonstrar que empreendimentos são mais produtivos quando fundamentados na cooperação entre colaboradores e gestores (BISPO; MENDES; SÁ, 2013).

A proposta inicial da EdC se referiu a organizações e não a fundações ou instituições assistenciais, pois sendo empresas privadas, não colocam o lucro como finalidade, tendo em vista sua distribuição, diminuindo assim suas diferenças sociais. Segundo Bruni (2012, p.29):

A EdC não se coloca, portanto, fora dos mercados; ela nasce do fracasso do mercado(o escândalo das favelas brasileiras), critica com decisão e indignação as injustiças que frequentemente o mercado produz e alimenta, mas não propõe uma economia que retorne às estruturas pré modernas ou precedentes ao mercado, ou a economias alternativas reparadas dos mercados ‘normais’.

Chiara Lubich, ao propor o projeto, pretendeu realizar uma tríplice distribuição dos lucros da empresa, sendo uma parte destinada ao reinvestimento da própria empresa, outra para a formação de “homens novos” e a terceira para os necessitados. Para Faller (2013, p. 172):

A afirmação de um empresário de Economia de Comunhão é propícia para iniciar esta análise acerca do destino das ajudas, uma vez que ilustra fortemente a concepção que o pobre tem dentro deste projeto: “o pobre é um de nós, não é alguém distante de nós”. De fato, para a EdC o necessitado é protagonista do projeto, assim como os empresários, trabalhadores e pesquisadores.

O projeto Economia da Comunhão está voltado para as organizações privadas que tem como objetivo o uso ativo e social dos seus bens. Esta comunhão de bens não está baseada na formação de seres humanos que apenas se beneficiam de doações, mas de homens que sejam integrantes de uma nova forma de pensar e agir e que se sintam incentivados a lutar por uma sociedade melhor. Como explica Faller (2013, p.174):

Todos doam o que possuem na cultura da partilha, sejam necessidades, sejam bens. Para que ocorra essa experiência, é necessário que entre o necessitado e os que levam os valores, existam um relacionamento já pré-constituído, fruto de um acompanhamento realizado pelas Comissões Locais de Economia de Comunhão. A maior parte desses pobres são membros do Movimento dos Focolares, atualmente. Logo, vivem uma cultura da partilha. Do contrário, se tornaria filantropia.

Ao se iniciar uma empresa de EdC, várias pessoas são convidadas a participar como acionista para a formação do capital social, e assim iniciar suas atividades como empresa juridicamente privada e formada por diversos sócios. Estas empresas são instaladas em pólos industriais localizados próximos às Mariápolis, também chamadas de cidades-testemunho.

Os princípios da comunhão e da liberdade são a base dessa escolha, o que pressupõe que cada empresário tem a liberdade de decidir como fazer essa comunhão do lucro da sua empresa. Evidentemente para os sócios que não aderem à EdC, seus dividendos lhes são conferidos normalmente (MENEGASSI; ARAÚJO, 2013).

Existem também exemplos de empresas já existentes no mercado e que aderiram ao projeto da EdC, mudando todo o estilo de administração empresarial., assim como também, empresas individuais, associações, cooperativas e sociedades anônimas.

Alicerçado na cultura do dar, a EdC é a economia da partilha, e é sob esta ótica, que empresas em todo país tem adotado esta filosofia, adotando um novo comportamento voltado para um capitalismo transformado na visão humanista das empresas (LEITE, 2007).

Quando a Economia da Comunhão procura um novo relacionamento entre sociedade e mercado ela proporciona desafios às filosofias existentes da era da globalização. Apartir do momento que a empresa é vista como comunidade, e idealizada como bem social e possuidora de recursos coletivos, as organizações deixam de se comportar por meio de um padrão exigido no mercado, e desenvolvem desafios de conjugar o mercado e as virtudes civis com a solidariedade e a Economia da Comunhão (LEITE, 2007).

Para Faller (2013) a proposta da EdC é ultrapassar uma visão totalmente assistencialista uma vez que, ao compartilhar os lucros, os sócios não exercem trabalho voluntário ou filantrópico. O lucro deve atender a três objetivos: manter e fazer crescer a própria empresa, socorrer pessoas em necessidade e por último formar pessoas com mentalidade fraterna e solidária.

Percebe-se porém, que a EdC desenvolve uma mudança cultural, a partir do momento em que empresas de propriedade privada plenamente inseridas no mercado, colocam o lucro, considerado a finalidade da empresa, em comunhão.

Quando a EdC procura um novo relacionamento entre sociedade e mercado ela proporciona desafios as filosofias existentes da era da globalização (FALLER, 2013). A partir do momento que a empresa é vista como comunidade, e idealizada como bem social e possuidora de recursos coletivos, as organizações deixam de se comportar por meio de um padrão exigido no mercado, e desenvolvem desafios de conjugar o mercado e as virtudes civis com a solidariedade e a EdC (LEITE, 2007).

Diferencia-se o tema Economia da Comunhão de responsabilidade social empresarial, pois apesar de termos mesmo princípios, possuem fundamentos e propósitos diferentes. A responsabilidade social empresarial são ações que contribuem com a melhoria da qualidade de vida da sociedade onde a organização está inserida, e esta tem como finalidade o reconhecimento e alavancagem da imagem institucional, além de benefícios fiscais legais, que muitas vezes são resultados de planejamentos estratégicos realizados pela empresa. Já a filosofia da Economia da Comunhão nas organizações promove o despertar das empresas voltadas para os princípios da solidariedade, bem comum e dignidade humana, fazendo nascer uma nova atividade econômica, de mercado e de empresa, traduzindo, desta forma, o verdadeiro espírito do empreendedorismo social.

#### **4. CONCLUSÃO**

No último século, o desenvolvimento econômico, apoiado no desenvolvimento tecnológico, focalizou esforços contínuos para produzir em alta escala e aumentar a produtividade. Este modelo proporcionou disponibilidade de bens e serviços acarretando transformações inimagináveis para a humanidade em assimetrias distintas: se por um lado assistiu-se a um avanço no desenvolvimento econômico, também por outro a miséria avançou desproporcionalmente.

Considerando as desconformidades entre o avanço econômico e a miséria social, o presente estudo objetivou analisar o empreendedorismo social como forma de empoderar as comunidades. Para tanto, delimitou-se a análise ao empreendedorismo social implementado por meio da Economia de Comunhão, que tem como proposta a cultura do “doar” e ao mesmo tempo promover a cooperação e o empoderamento de comunidades carentes.

Para tanto, diferenciou empreendedorismo social de empreendedorismo de negócios, apresentando as características dos empreendedores sociais; discutiu a economia solidária como forma de combater a exclusão social; analisou a cultura do Doar como princípio de gestão e explicou a proposta da Economia da Comunhão.

Foi visto que o empreendedorismo social voltado para a Economia da Comunhão apresenta fundamentos, características e estruturas diferentes das demais formas de empreendedorismo. Se por um lado o empreendedorismo de negócios busca fomentar a economia gerando renda, empregos e o sucesso pessoal do empreendedor, o empreendedorismo social busca solucionar problemas sociais não de forma assistencialista, mas empoderando as pessoas e comunidades carentes a fim de que tenham seus destinos

transformados e uma vida digna. É a substituição da cultura do ter e obter para a cultura do doar e do cooperar.

No que tange à economia solidária, constatou-se que esta contribui para minimizar a exclusão social tendo em vista que pauta-se pelos princípios da autogestão, cooperação e solidariedade.

Com relação à cultura do Doar e a Economia da Comunhão verificou-se que esta proposta busca uma nova relação entre mercado e sociedade, desafiando ideologias dominantes e colocando o lucro em comunhão, consubstanciando-se em uma visão de negócios humanista e cristã.

Fundamentada na eficiência do capitalismo como criação de renda e geração de lucros, a EdC consiste nos julgamentos de valores para priorizar o campo social. Por meio de uma proposta voltada para a distribuição de parte dos seus lucros, diversas empresas privadas que aderiram ao projeto tem como base o humanismocristão e a economia solidária, gerando assim um novo paradigma de gestão empresarial contrária às leis de mercado existentes em todo o mundo. Ao desafiar as ideologias dominantes da globalização, a EdC busca uma nova relação entre sociedade e mercado, ao fazer com que empresas privadas que salvaguardam a propriedade particular dos bens, coloquem o seu lucro em comunhão.

Com a criação de empresas de EdC, cria-se então um modelo de gestão voltada para a espiritualidade nas organizações com adoção de práticas religiosas em termos espirituais, éticos e morais. Além disso, a espiritualidade nas organizações, exemplificadas nas empresas de EdC, mostram que não implicam nas relações de trabalho, promovendo melhora no clima organizacional e aumento da satisfação laboral dos colaboradores.

Assim, ao final do estudo conclui-se que o empreendedorismo social não se apresenta como uma alternativa aos desmandes do capitalismo, mas como uma forma de mitigar seus efeitos danosos para uma parcela da população. Empreendedores sociais contribuem para mudar o mundo e encontram na Economia da Comunhão instrumentos para auxiliar nesta mudança.



## REFERÊNCIAS

- ASHOKA Empreendedores Sociais; MCKINSEY & Company, Inc. **Negócios sociais sustentáveis**: estratégias inovadoras para o desenvolvimento social. São Paulo: Peirópolis, 2006.
- BARROS, J. D'Assunção. Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. **Mediações – Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Londrina, v. 16 n. 1, p. 239-255, jan./jun. 2011.
- BERTUCCI, J. de O. **A economia solidária do pensamento utópico ao contexto atual**: um estudo sobre experiência em Belo Horizonte. 2005. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
- BISPO, A.C.K.A; MENDES, N.M.D; SÁ, M.A.D. Economia de Comunhão (EdC): adorável mundo desconhecido. **REUNIR – Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Sousa, v. 3, n. 3, p. 22-43, 2013.
- BRUNI, L. **Comunhão e as novas palavras em Economia**. Trad. José Eustáquio Rosa. Vargem Grande Paulista: Cidade Nova, 2012.
- BUBER, M. **O socialismo utópico**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CARRÃO, A.M.R; JOHNSON, G.F; MONTEBELO, M.I.L. A influência do grau de escolaridade do pequeno empresário sobre sua percepção de negócio. **REAd – Revista Eletrônica de Administração**, v. 13, n. 2, p. 1-24, 2007.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; DA SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CUNHA, S.K; BULGACOV, Y.L; MEZA, M.L.F; BALBINOT, Z. O sistema nacional de inovação e a ação empreendedora no Brasil. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 6, n. 2, p. 120-137, 2009.
- DOLABELA, F. **O segredo de Luísa**. São Paulo: Cultura Editores, 1999.
- DOLABELA, F. **Oficina do Empreendedor**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
- FALLER, M.H.F.F. **Função social da empresa e Economia de Comunhão**: um encontro à luz da Constituição. Curitiba: Juruá, 2013.
- FERNANDES, V. **A dimensão ambiental em organizações produtivas**: uma análise da racionalidade da Economia de Comunhão (EdC). 2007. 183f. Tese (Doutorado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2007.
- FILION, L. Empreendedorismo: empreendedores e proprietários-gerentes de pequenos negócios. **Revista de Administração - USP**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 5-28, abr./jun. 1999.

GIACOMINI, A. de M. **Economia de Comunhão**: uma forma socialmente responsável de distribuição do lucro. 2007. 62 f. Monografia (Graduação) – Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

GRANADOS, M. L. et al. Social enterprise and social entrepreneurship research and theory: a bibliometric analysis from 1991 to 2010. **Social Enterprise Journal**, v. 7, n. 3, p. 198-218, 2011.

HISRICH, R; PETERS, M. **Empreendedorismo**. Tradução Lene Belon Ribeiro. 5. ed. São Paulo: Bookman, 2004.

LEITE, K.C. **Economia de Comunhão**: a construção da reciprocidade nas relações entre capital, trabalho e estado. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

LOCKS FILHO, P. **Democracia e economia solidária**: uma análise dos processos de tomada de decisão empreendimentos econômicos solidários. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

LUBICH, C. Economia de Comunhão: história e profecia. Trad. Irami B. Silva e Humberto L. S. Almeida. Vargem grande Paulista: Cidade Nova, 2004.

MARTES, A.C.B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.

MEDEIROS, João Bosco; TOMASI, Carolina. **Comunicação Científica**: normas técnicas para redação científica. São Paulo: Atlas, 2008.

MEDRANO. J.A.V. **Comunicação Organizacional Integrada**: alicerce intrínseco da Economia de Comunhão. 265f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MELO, A.B. **Novos Movimentos Sociais e economia solidária**: uma breve cartografia da autogestão como processo de subjetivação. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

MELO NETO, F.P; FRÓES, C. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MELO NETO, J; MAGALHÃES, S. **Bairros pobres, ricas soluções**: Banco Palmas, ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MENEGASSI, C.H.M; ARAÚJO, E.J.C. Economia de Comunhão e Economia Solidária: Uma distinção de conceitos. **REDEC – Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, n. 3, 2013.

MENEGASSI, C.H.M.; ARAÚJO, E.J.C. Economia de Comunhão e Economia Solidária: Uma distinção de conceitos. **REDEC – Revista de Economia de Comunhão**, Rio de Janeiro, n. 3, 2013.

MOTA, J.M. **Da cooperação à comunhão**: ciência, movimentos sociais e processo civilizatório: estudo sistêmico do projeto Economia de Comunhão (EdC) como um modelo sócio econômico inclusivo. 2004. Dissertação. 141 f. (Mestrado em Ciência da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ROUERE, M; PÁDUA, S.M. **Empreendedores sociais em ação**. São Paulo: Cultura Associados, 2001.

SILVA, V.A. **Políticas públicas para a Economia Solidária**: limites e avanços no município de Fortaleza. 2010. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVA, L.F; BASSANI, C.L. Evolucionismo: a face oculta do empreendedorismo. **Brazilian Business Review**, v. 4, n. 1, p. 60-73, 2007.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TEYMORPOR, S; NAZARI, K; EMAMI, M. The role of Social Entrepreneurship in Community. **Journal of Applied Sciences Research**, v. 8, n. 6, p. 2856-2865, 2012.

TRIVEDI, C. A Social Entrepreneurship Bibliography. **The Journal of Entrepreneurship**, v. 19, n. 1, p. 81-85, 2010.

WALTER. C.P. **O socialismo utópico e a crítica à razão utilitária**. 2011. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.